



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Interrupção da informalidade na cachaça artesanal: uma análise sob a ótica do trabalho institucional

Interruption of informality in artisanal cachaça: an analysis from the perspective of institutional work

Interrupción de la informalidad en la cachaça artesanal: un análisis desde la perspectiva del trabajo institucional

<https://doi.org/10.19094/contextus.2020.43574>

Raphael de Morais

orcid.org/0000-0003-0308-2278

Doutorando em Administração na Universidade Federal de Lavras
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras
raphaelmoraisufcla@gmail.com

Valéria da Glória Pereira Brito

orcid.org/0000-0002-4757-0129

Professora Associada da Universidade Federal de Lavras
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
vgpbrito@ufcla.br

Mozar José de Brito

orcid.org/0000-0001-9891-9688

Professor Titular da Universidade Federal de Lavras
Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo
mozarbrito@ufcla.br

Daniel Calbino Pinheiro

orcid.org/0000-0001-8260-6126

Professor Adjunto da Universidade Federal de São João del Rei
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
dcalbino@ufsj.edu.br

RESUMO

A informalidade se apresenta como um dos fatores marcantes da cachaça de alambique. No estado de Minas Gerais, maior produtor artesanal do país, os índices superavam 98% em 1980. Aportado sob a ótica do Trabalho Institucional, o objetivo deste artigo foi compreender como se deram as práticas dos gestores da Associação Nacional de Produtores na interrupção da informalidade. Em termos metodológicos recorreu-se a um estudo qualitativo, investigando três décadas de práticas institucionais. Constatou-se que a desinstitucionalização logrou a redução da informalidade, os desafios não se esgotaram, uma vez que as estruturas legais ainda são um entrave para o setor. Os resultados contribuem com elementos empíricos que reforçam a disrupção, em um contexto teórico ainda pouco explorado na literatura.

Palavras-chave: desinstitucionalização; informalidade; trabalho institucional; cachaça artesanal; práticas.

ABSTRACT

Informality presents itself as one of the hallmarks of the still cachaça. In the state of Minas Gerais, the largest artisanal producer in the country, the rates surpassed 98% in 1980. Based on the perspective of Institutional Work, the objective of this article was to understand how the practices of the managers of the National Association of Producers took place in interrupting informality. In methodological terms, a qualitative study was used, investigating three decades of institutional practices. It was found that the deinstitutionalization reduced informality, the challenges have not been exhausted, since legal structures are still an obstacle for the sector. The results contribute with empirical elements that reinforce the disruption, in a theoretical context still little explored in the literature.

Keywords: deinstitutionalization; informality; institutional work; artisanal cachaça; practices.

RESUMEN

La informalidad se presenta como una de las señas de identidad de la todavía cachaça. En el estado de Minas Gerais, el mayor productor artesanal del país, las tasas superaron el 98% en 1980. Basado en la perspectiva del trabajo institucional, el objetivo de este artículo era comprender cómo funcionan las prácticas de los gerentes de la Asociación Nacional de Los productores tuvieron lugar en la interrupción de la informalidad. En términos metodológicos, se utilizó un estudio cualitativo que investigó tres décadas de prácticas institucionales. Se descubrió que la desinstitucionalización reducía la informalidad, los desafíos no se habrían agotado, ya que las estructuras legales siguen siendo un obstáculo para el sector. Los resultados contribuyen con elementos empíricos que refuerzan la disrupción, en un contexto teórico aún poco explorado en la literatura.

Palabras clave: desinstitucionalización; informalidad; trabajo institucional; cachaça artesanal; practicas.

Informações sobre o Artigo

Submetido em 13/03/2020
Versão final em 28/05/2020
Aceito em 03/06/2020
Publicado online em 13/07/2020

Comitê Científico Interinstitucional
Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado
Avaliado pelo sistema *double blind review*
(SEER/OJS – versão 3)



Como citar este artigo:

Morais, R., Brito, V. G. P., Brito, M. J., & Pinheiro, D. C. (2020). Interrupção da informalidade na cachaça artesanal: uma análise sob a ótica do trabalho institucional. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 18(9), 107-122. <https://doi.org/10.19094/contextus.2020.43574>

1 INTRODUÇÃO

A cachaça, bebida tipicamente brasileira, refere-se à denominação exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica entre 38% e 48%, obtida a partir da destilação do caldo fermentado da cana-de-açúcar (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA], 2019). Dentre as bebidas alcoólicas destiladas, é a mais consumida no Brasil, representando 87% do mercado nacional e uma das quatro na liderança mundial. Com a venda de 520,9 milhões de litros e a movimentação 7,5 bilhões de reais por ano, o setor emprega 600 mil trabalhadores diretos e indiretos e possui uma previsão de crescimento do mercado de 5,1% até o ano de 2022 (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2019).

A bebida também desponta como um produto de exportação importante na balança comercial brasileira. No ano de 2018 a exportação foi feita por 21 estados brasileiros que atenderam a 67 países, gerando uma receita de 15,8 milhões de dólares e um total de 8,41 milhões de litros (Instituto Brasileiro da Cachaça [IBRAC], 2019). Apesar dos avanços da cachaça para o setor, o ramo historicamente é marcado por altos índices de informalidade (Daniel, 2016; SEBRAE, 2016; MAPA, 2019), o que impacta de forma negativa o processo de legitimação daqueles produtores que se encontram na legalidade (Oliveira et al., 2008; SEBRAE, 2005; 2019).

No intuito de desinstitucionalizar a informalidade, tem-se observado um conjunto de práticas realizadas, em grande parte, pelas associações de produtores de cachaça em parceria com os órgãos reguladores. Dentre elas, cita-se a Associação Nacional de Produtores e Membros da Cadeia Produtiva da Cachaça (ANPAQ), criada em 1988, em Minas Gerais. O surgimento da organização emerge em um contexto no qual um grupo de produtores se articulou, no intuito de realizar um trabalho de desassociar preceitos morais e simbólicos da cachaça artesanal.

Vista tradicionalmente pela baixa qualidade, a ressignificação ocorreu a partir de uma renovação das tradições, cujo foco era atender às classes A e B, enquanto um produto de maior qualidade (Silva, 2009; Paiva & Brito, 2018; Souza, 2018). Ao estabelecer uma articulação com uma rede de atores que envolveram o Estado e agências financiadoras, a associação se propôs a realizar, dentre os seus objetivos, um trabalho de interrupção na cachaça artesanal de alambique.

Tais particularidades do campo da cachaça nortearam a formulação da questão central que orienta o presente estudo que visa responder: como se deram as práticas dos gestores da Associação Nacional de Produtores na interrupção da informalidade da cachaça em Minas Gerais? Do ponto de vista teórico propõe-se analisar a experiência da ANPAQ, a partir da recente vertente

sociológica dentro do institucionalismo, denominada de “*Institutional Work*” (trabalho institucional).

Formulada por Lawrence e Suddaby (2006), Lawrence, Suddaby e Leca (2009) e Lawrence, Leca e Zilber (2013), a abordagem do Trabalho Institucional almeja compreender a maneira como a agência influencia as estruturas sociais. A ênfase consiste no trabalho desenvolvido por indivíduos e grupos no sentido de promover a criação, manutenção e disrupção de instituições. A escolha da teoria se justifica por fornecer mecanismos para compreender o trabalho institucional desenvolvido por determinados atores, capazes de influenciar todo um campo, auxiliando, assim, a identificar aspectos dos esforços empreendidos pelos gestores da ANPAQ na tentativa de desinstitucionalizar a informalidade no campo da cachaça artesanal.

O foco de análise da pesquisa que deu origem a este artigo foi o trabalho institucional socialmente construído no âmbito do Estado de MG sob a liderança da Associação nas últimas três décadas (1989-2019). A justificativa para a escolha deste lócus ocorre pelo fato do mercado da cachaça do estado de Minas Gerais se configurar como o maior produtor de alambique do país, como também por apresentar em seu histórico um conjunto de ações que protagonizaram modificações dos valores e percepções da cachaça artesanal nas últimas décadas (Silva, 2009; Andrade et al., 2018; Thomé, 2018; Paiva & Brito, 2018).

Enquanto contribuição teórica ressalte-se que a escolha do Trabalho Institucional configura-se como uma corrente de pensamento recente e que tem chamado a atenção da academia nos últimos anos, pelo aumento significativo na publicação de estudos que adotam a perspectiva, em especial, nos estudos organizacionais (Lawrence, Leca & Zilber, 2013, Zarpelon et al., 2019). Porém, os estudos que têm dado enfoque a essa corrente teórica estão predominantemente concentrados na América do Norte e na Europa, com poucos trabalhos desenvolvidos no Brasil (Jacometi, Gonçalves & Castro, 2014; Coraiola et al., 2015; Miranda & Calmon, 2016; Lino et al., 2019; Zarpelon et al., 2019; Lima et al., 2019; Amarante & Crubellate, 2020), revelando, desta forma, um campo aberto para a investigação científica¹.

Do ponto de vista empírico, a cachaça enquanto tema, oferece a opção de ser estudada sob diversas abordagens nos estudos organizacionais, com destaque para a análise da teoria institucional (Sunderman, 2017; Andrade et al., 2018; Thomé, 2018; Paiva & Brito, 2018). Apesar do amplo recorte sobre essa perspectiva, não se registrou, até o momento, trabalhos que explorassem a temática sob a ótica do trabalho institucional, e em especial no contexto da informalidade, considerada uma das grandes instituições no campo do Trabalho Institucional (Hampel, Lawrence & Tracey, 2017).

¹ O meta-estudo realizado por Zarpelon et al. (2019) sobre a Trabalho Institucional na última década constatou a presença de

30 trabalhos em periódicos, sendo, no entanto, apenas sete de autores nacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho Institucional e a interrupção de instituições

O precursor da Teoria Institucional aplicada às organizações foi Phillip Selznick em 1957, a partir da obra seminal *“Leadership in Administration”*. Amplamente debatida e ramificada, a Teoria Institucional, a partir de uma vertente sociológica, contribuiu com análises sobre o compartilhamento de valores, a busca pela legitimidade, as relações de poder, os isomorfismos e a inserção em ambientes organizacionais (Dimaggio & Powell, 2005). A partir das décadas de 1990 e 2000, surgiram as concepções de Lógicas Institucionais, Empreendedorismo Institucional e mais recentemente, o *Institutional Work* (trabalho institucional), proposto por Lawrence e Suddaby (2006), Lawrence, Suddaby e Leca (2009) e Lawrence, Leca e Zilber (2013).

O Trabalho Institucional abriga um conjunto de pressupostos, conceitos e categorias que possibilitam a compreensão dos efeitos da prática de atores sobre as estruturas sociais a um campo institucional (Lawrence & Suddaby, 2006). Do ponto de vista etimológico, os autores fazem distinções sobre a perspectiva conceitual de “Trabalho”, “Instituição” e “Práticas” para ilustrar a teoria. Por instituição entendem como os elementos duradouros da vida social afetam o comportamento e a crença de atores. O conceito de trabalho é compreendido pelo esforço físico ou mental realizado com um determinado objetivo e pode criar, manter ou interromper uma instituição. E a prática refere-se aos atos concretos de trabalho institucional, materialmente mediados por ação humana e organizados em torno de instituições e intenções em moldar as instituições. Ainda que não se possa desvincular da ação como uma prática, entretanto, os autores recorrem à concepção de Schatzki (2002) que delimita a ação como tudo aquilo que as pessoas realizam corporalmente no seu cotidiano, enquanto a prática representa um envolvimento temporário de ações coordenadas que se expressam enquanto prescritos em determinadas finalidades.

Sob esta ótica, o trabalho institucional abrange os esforços capazes de influenciar os campos organizacionais, o que demonstra como os atores desenvolvem e promovem ações para criar, manter ou interromper as instituições (Lawrence, Leca & Zilber, 2013). A criação de instituições relaciona-se com a construção de regras, limites, crenças e alterações de sentidos. A perpetuação está ligada com a reparação de mecanismos que garantam a legitimidade de instituições existentes. Por fim, a interrupção de instituições envolve a dissociação de práticas, costumes, regras e crenças sob as quais as instituições se ancoram, visando uma mudança organizacional (Lawrence & Suddaby, 2006; Yan et al., 2018).

Especificamente sobre o terceiro pilar, os estudos que analisam a interrupção de instituições surgiram da concepção da influência da agência na desconstrução de

instituições. Enquanto a maioria das análises foca na predominância das instituições, a desinstitucionalização ou interrupção institucional, se refere à descontinuação de práticas organizacionais institucionalizadas (Maguire & Hard, 2009; Yan et al. 2018).

Ao adotar esta posição institucional, os atores escolhem determinadas instituições a fim de deixá-las ineficazes, caso elas não atendam aos seus interesses (Coraiola et al., 2015; Yan et al., 2018). Isto acontece quando a legitimidade de práticas que ocorrem dentro das organizações é colocada em xeque, passam a perder a importância ou são questionados pelos atores que compõem a organização. Portanto, existe a necessidade de se interromper essas instituições, de forma intencional, para que não haja problemas de legitimidade (Lawrence & Suddaby, 2006; Maguire & Hard, 2009; Coraiola et al., 2015; Yan et al., 2018).

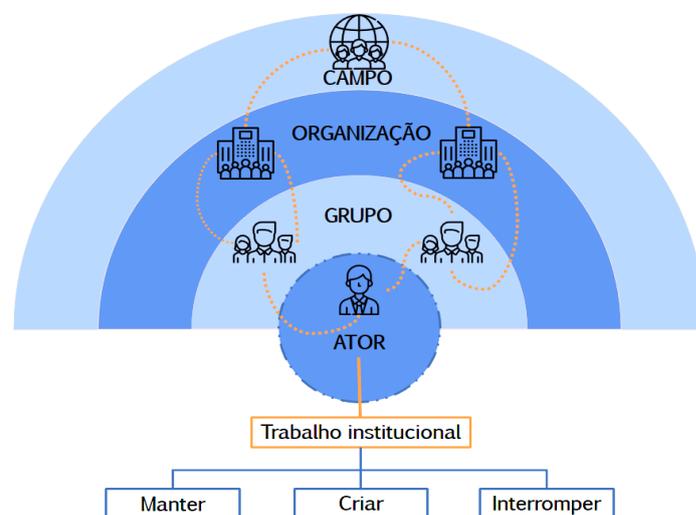


Figura 1. Possibilidades de análises sob a ótica do Trabalho Institucional

Fonte: Elaborada com base em Lawrence e Suddaby (2006) e Coraiola et al. (2015).

Este pilar do trabalho institucional pode ser realizado tanto por atores que ocupam a organização, quanto por aqueles que estejam fora do ambiente, e que ao perceberem possibilidades de mudanças para atingirem benefícios, passam a agir em prol da interrupção. O processo de disrupção de instituições geralmente ocorre sob três formas: desassociar fundamentos morais e simbólicos; minar suposições e crenças; e opor às sanções e recompensas (Lawrence & Suddaby, 2006).

O primeiro, a dissociação de fundamentos morais e simbólicos, ocorre quando o trabalho institucional é capaz de perturbar as instituições e interrompê-las a partir da possibilidade de se desassociar as práticas e regras da fundamentação moral e simbólica que determinada instituição venha a carregar. A interrupção pode se dar a partir do enfraquecimento gradual dos simbolismos presentes nas organizações. Os fundamentos de uma instituição duradoura são interrompidos por meio de um

conjunto de práticas indiretas que irão circundar e enfraquecer estas instituições.

O segundo processo, minar suposições e crenças, considera que as instituições são mantidas a partir de crenças associadas a atores que mantêm determinada prática e seguem regras impostas por tal instituição. As crenças que mantêm vivas as instituições geram uma aversão à possibilidade de mudanças e diferenciação dentro dos ambientes institucionalizados. Assim, o trabalho institucional detém êxito quando elimina as crenças, abrindo espaço para novas formas de se agir que substituam os padrões existentes dentro das organizações (Lawrence & Suddaby, 2006).

A última categoria de interrupção do trabalho institucional trata-se da oposição a sanções e recompensas, que geralmente ocorre por meio de atores centrais da mudança em parcerias com entes estatais. Ao se aliar ao Estado, legitimam as ações para alterar regras no campo organizacional, visando opor-se a sanções e benesses que são aplicadas em caso de descumprimento ou cumprimento de determinada instituição. O Estado representa uma alavanca para a interrupção de instituições, quando o mesmo tem a possibilidade de agir, por meio de novas leis, na mudança de leis obsoletas, premissas e questões técnicas, que afetam diretamente uma instituição.

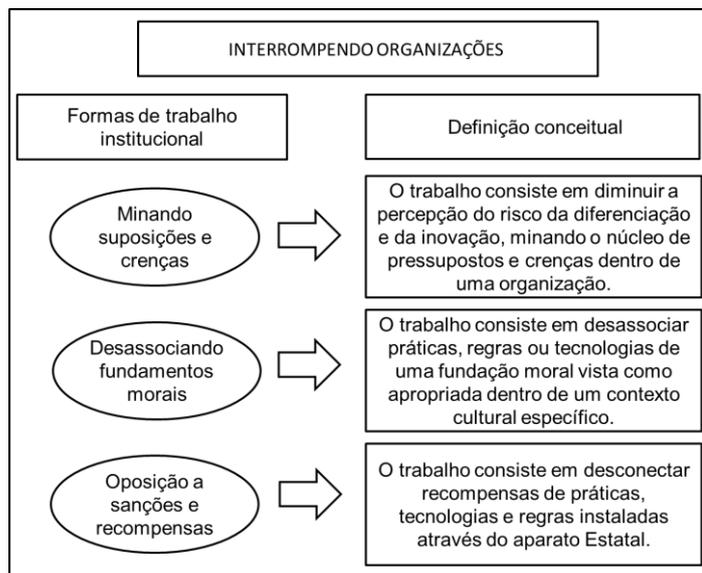


Figura 2. Possibilidades de análises sob a ótica da Disrupção do Trabalho Institucional.

Fonte: Elaborada com base em Lawrence e Suddaby (2006) e Lawrence, Leca e Zilber (2013).

Dentre as diversas abordagens do Trabalho Institucional, a interrupção é a que apresenta menor número de investigações acadêmicas (Jacometti, Gonçalves & Castro, 2014; Hamper, Lawrence & Tracey, 2017). Isso ocorre, pois, muito do que se conhece sobre a desinstitucionalização são análises dos processos de criação, e quando se interrompe uma instituição, imediatamente outra surge para ocupar o seu lugar. Assim, os pesquisadores tendem a dar maior atenção ao processo

de criação institucional, em detrimento dos eventos que culminaram na interrupção de uma antiga instituição, o que coloca para a área a relevância de novos estudos que possam contribuir com esse recorte teórico-empírico (Lawrence & Suddaby, 2006; Lawrence, Leca & Zilber, 2013).

2.2 A Informalidade da cachaça enquanto instituição: um breve resgate histórico

No Brasil, a informalidade vem sendo discutida desde o início da década de 1990, sendo considerada uma maneira de flexibilizar o trabalho, levando em conta os problemas dela advindos ou aqueles que possam acarretar ao deparar com a ausência de aspectos legais. A informalidade pode ser compreendida na oposição das situações em que se possua a legalidade. Assim, informal é o que não segue as normas mínimas e funciona sem os devidos registros nos órgãos competentes (Silva, 2009; Souza, 2012). Em complemento, Williams e Shaid (2016) registram que a informalidade envolve regras socialmente compartilhadas, usualmente não escritas, mas que são criadas e mantidas fora dos canais oficialmente sancionados. Portanto, trata-se de uma instituição socialmente construída que incorpora normas não prescritas, tradições, laços de confiança, scripts singulares e por visões de mundo que lhes particularizam em relação às instituições formais e prescritivas.

No setor da cachaça, a informalidade é caracterizada majoritariamente por pequenos estabelecimentos (90% são micro produtores artesanais), aos quais tem na produção de cachaça uma complementação de renda, principalmente na entressafra agrícola (SEBRAE, 2016). Esses produtores, em sua maioria, carregam os problemas advindos do meio rural, portanto, sujeitos à baixa escolaridade, evasão de jovens, dispersão de políticas públicas e dominação exercida por grandes proprietários (Daniel, 2016).

Oliveira et al. (2008) destacam que o alto índice de informalidade no âmbito da cachaça de alambique é igualmente prejudicial para todo o setor. Em seu estudo, é apontado que esses alambiques que atuam na informalidade, desenvolvem suas atividades e trabalho de maneira desordenada, não respeitando princípios básicos de concorrência, o que acarreta medidas de cunho predatório, tendo em vista a carga tributária incidida sobre os estabelecimentos devidamente regularizados.

Ademais, pode proporcionar risco à saúde do consumidor e comprometer a reputação do setor, uma vez que os estabelecimentos não regularizados no MAPA não passam pela auditoria de verificação sobre as condições de elaboração/produção e não realizam as análises laboratoriais, conforme legislação para comprovação do padrão de qualidade do produto (SEBRAE, 2005, 2019).

Para compreender a informalidade da cachaça artesanal enquanto instituição faz-se necessário resgatar os aspectos históricos da formação do campo cuja origem remete aos primórdios da época do ciclo da cana, por volta

de 1530. Enquanto fatos marcantes, no século XVII, a produção de cachaça cresceu com a intensificação das viagens marítimas. O comércio de açúcar, entretanto, revelou-se mais rentável no nordeste brasileiro, o que fez com que os engenhos ao redor do Rio de Janeiro e do litoral paulista passassem a se dedicar mais à fabricação de cachaça. A produção da bebida logo originou um próspero comércio que concorreu diretamente com o vinho português na preferência do consumo, o que gerou sanções da coroa portuguesa. Dentre elas, a proibição da produção entre os anos de 1635 e 1639, e a repulsa pela corte, por ser considerada responsável por mortes e doenças que acometiam os consumidores da bebida, geralmente escravos e homens pobres (Silva, 2009; Dias, 2014; Barbosa, 2014).

No século XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, abriu-se um mercado interno ávido por cachaça. A bebida era utilizada como reforço à alimentação dos escravos. Este costume logo causou apreensão por parte da coroa portuguesa, gerando uma nova proibição. A coroa entendia que o consumo da cachaça atrapalhava o desenvolvimento do trabalho nas minas de ouro, prejudicando a retirada do minério (Silva, 2009; Daniel, 2016). Em 12 de junho de 1748, proibiu-se o funcionamento dos alambiques da Capitania de Minas por prejudicarem o trabalho escravo nas minas e considerar novamente responsável pelos diversos problemas de saúde e desordem causada por escravos (Silva, 2009; Barbosa, 2014).

A ação da Coroa, no entanto, resultou pouco efetiva, em vista dos conflitos desencadeados. Para lidar com tal situação e após o forte terremoto em 1755 que devastou Lisboa, adotou-se outra estratégia: a tributação (o “quinto dos infernos”) sobre a produção da cachaça. O quadro somente começou a mudar com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, quando a cachaça se tornou um dos principais produtos da economia.

Contudo, com o ciclo do café, a partir do século XIX até a década de 1930, a cachaça começou a sofrer uma baixa em sua importância econômica, passando a ser discriminada, uma vez que os membros das elites locais buscavam formas de se identificarem com os aspectos culturais europeus, predominantes da época. A tentativa de adotar costumes europeus em detrimento dos brasileiros reafirmou a cachaça vista como uma bebida de baixa qualidade e inferior, frente ao que era trazido da Europa (Dias, 2014; Daniel, 2016).

Esse longo processo institucional transferiu uma estrutura social de produção e comercialização frágeis, configurando uma deslegitimação da preferência pela cachaça, dificultando, assim, a sua inserção no mercado internacional (Daniel; 2016). Foi somente em meados das décadas de 1980 que emergiram os primeiros programas e

organizações que apoiaram a produção e a venda da cachaça artesanal, no intuito de remodelar a bebida para setores de alto poder aquisitivo (Silva, 2009; ANPAQ, 2017; Paiva & Brito, 2018; Souza, 2018).

Do ponto de vista legal, até aquele momento, a cachaça não tinha uma legislação exclusiva, pois foi a partir da Lei nº. 8.918, de 14 de julho de 1994, que passou a dispor sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Porém, redigida sobre muitas reivindicações para a formalização, as dificuldades enfrentadas pelos produtores aumentaram, o que resultou na atualização das práticas informais, que não se adaptavam às novas situações impostas (Dias, 2014; Daniel, 2016).

Da mesma forma, enquanto criavam-se legislações que visavam fortalecer a ideia da cachaça artesanal como produto nacional e ampliar a sua qualidade (o Decreto nº 4062 de dezembro 2001 definiu que o nome cachaça deve ser única e exclusivamente utilizado por produtores brasileiros para fins e comércio), as exigências para a sua padronização tornaram-se mais rígidas, além de onerar os produtores para se adequarem às modificações estruturais em seus alambiques².

Ressalte-se, ainda, a herança das altas tributações, que desde o final do século XVIII reproduzia o mesmo sistema de tributação específica à bebida, conforme a atividade de produção de açúcar em engenhos. Nesta mesma lógica, no ano de 2006, com a retirada da fabricação de cachaça que se enquadrava no regime de tributação Simples Nacional, elevou-se ainda mais a carga tributária. Os impostos passaram a representar 81,87% sobre o preço de venda da bebida (IPI: 60%, ICMS: 17%, ISS: 3 a 5%, mais ITR, alvará, taxas e licenças). E, como não havia uma distinção entre a tributação de produtores de cachaça de alambique e das grandes indústrias de cachaça, onerou-se excessivamente a atividade dos primeiros, dificultando, conseqüentemente, a formalidade (SEBRAE, 2016; Sunderman, 2017).

Nota-se, assim, que a informalidade no setor da cachaça pode ser definida por uma instituição por caracterizar elementos que se mostram longínquos e duradouros, ocupando forte papel dentro das organizações e nos campos organizacionais nos quais estão inseridas (Sindzingre, 2006). As instituições se fazem presentes exercendo ações nos ambientes onde estão inseridas, influenciando e ao mesmo tempo sendo influenciadas, para uma reconfiguração institucional, se necessário (Lawrence, Suddaby & Leca, 2009).

Neste cenário, o trabalho desenvolvido pela ANPAQ se situa em um ambiente institucional historicamente penalizado desde o período colonial. Em razão de aspectos morais, dimensões punitivas, influenciadas por aspectos tributários e mais recentemente por aspectos regulatórios,

² Em 2005, o MAPA aprovou o regulamento técnico para afixação de padrões de identidade e qualidade para a cachaça e para a aguardente de cana. Os padrões estabelecidos discriminam sobre

as especificidades químicas a serem utilizadas na produção tanto da aguardente de cana como da cachaça.

acabam por contribuir com a manutenção institucional da informalidade (Souza, 2012; Daniel; 2016).

3 METODOLOGIA

No intuito de investigar o trabalho institucional de interrupção da informalidade pela ANPAQ em Minas Gerais adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa. A escolha do método qualitativo se justifica por contribuir na realização de uma leitura sobre o campo de forma contextual, com as identificações de conjunturas que desencadearam determinados acontecimentos, oferecendo assim, aportes para analisar como se deram as práticas de disrupção, a partir da percepção dos atores envolvidos.

O processo de coleta de dados qualitativos seguiu dois percursos: uma pesquisa documental e a realização de entrevistas em profundidade. A investigação documental, entendida pela utilização de registros que contenham informações para a construção do processo de pesquisa (Sá-Silva, Almeida & Guidani, 2009), mantém coerência com a própria abordagem institucional, que recorre à historicidade dos acontecimentos organizacionais para a compreensão de eventos nas organizações.

Assim, entre os períodos de Julho de 2018 a Janeiro de 2020, realizou-se a pesquisa documental nos materiais disponibilizados em plataforma *online* do acervo da ANPAQ, como regulamentos, circulares e informativos produzidos ao longo dos trinta anos da organização; a leitura e fichamento de teses, artigos e matérias na grande mídia que constituíam as temáticas do Trabalho Institucional, da produção da cachaça e da informalidade no setor artesanal.

Quanto às entrevistas qualitativas em profundidade, ocorridas entre julho de 2018 a janeiro de 2019, a sua escolha possibilitou a flexibilidade na coleta dos dados, permitindo que os entrevistados fornecessem respostas a partir de construtos que não se limitavam ao direcionamento exclusivo de um roteiro estruturado. Dessa forma, o primeiro contato com os gestores ocorreu a partir do *e-mail* institucional, fornecidos no *site* da associação. Neste *e-mail* foi apresentado o objetivo da pesquisa, bem como um convite formal para participação.

Tabela 1

Relações de entrevistados e funções

Entrevistado 1	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 2	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 3	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 4	Associado ANPAQ e prestador de serviços
Entrevistado 5	Associado produtor
Entrevistado 6	Associado produtor
Entrevistado 7	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 8	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 9	Gestor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 10	Assessor ANPAQ e Produtor
Entrevistado 11	Associado Produtor

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas, realizadas por meio de um roteiro pré-estruturado, basearam-se na teoria do trabalho institucional, que orientaram as categorias para a identificação dos temas centrais da pesquisa, dividindo-se em três blocos de questões: as dimensões históricas da instituição, os aspectos políticos, técnicos e culturais das práticas adotadas, e a consequente legitimidade organizacional (Anexo A).

Para o tratamento dos dados da pesquisa documental e entrevistas, recorreu-se ao método de análise de temáticas proposto por Braun e Clarke (2006) que se organiza em cinco etapas, no intuito de entender o significado transmitido pela mensagem e o que pode estar implícito no conteúdo. Na primeira etapa foi realizada a leitura do banco de dados pelos métodos documentais e de entrevistas, para entender o ambiente da pesquisa e reunir descrições do contexto histórico institucional da ANPAQ, relacionando com as heranças do setor e do cenário econômico da época (1980-2019) (Figura 3).

Na etapa dois buscou-se compreender as condicionantes da informalidade, comparando as normas e regras do setor, com as limitações encontradas pelos produtores para se formalizar. Os resultados revelam doze aspectos considerados centrais para a manutenção da informalidade. A escolha dos temas se justificou por serem os aspectos centrais enfatizados pelos participantes durante a entrevista para a perpetuação da informalidade, bem como, relatado na literatura da área, em outras investigações acadêmicas. Este estágio ajudou a modelar os entraves para a ruptura da informalidade, e da consequente ação do trabalho institucional da ANPAQ, que moldou o próximo estágio.

Na etapa três, buscou-se entender as práticas dos membros da ANPAQ, visando gerenciar demandas institucionais de rupturas. Buscaram-se as incidências de respostas às demandas, o que resultou em um conjunto de atividades de trabalho institucional para a desinstitucionalização. As incidências das respostas às demandas geraram um conjunto de códigos que foram interpretados e reorganizados. Os códigos foram interpretados novamente e reunidos em treze dimensões centrais, que descreveram as ações dos membros da ANPAQ na tentativa de interromper a informalidade.

Na quarta etapa, os estudos do Trabalho Institucional de Lawrence e Suddaby (2006), guiaram a criação das categorias teóricas referentes aos processos de interrupção de instituições. A partir das formas de desassociar fundamentos morais e simbólicos, minar suposições e crenças, e opor às sanções e recompensas, foram analisados os dados novamente, para compreender as práticas dos atores com a perspectiva teórica apresentada.

Por fim, o cruzamento dos dados empíricos com a teoria possibilitou apontar para os avanços e desafios na interrupção da informalidade no setor. Para a apresentação dos resultados, mais do que prover um relato descritivo ou com excessivos excertos, buscou-se uma tentativa de

incorporá-los de tal maneira, a ilustrar a narrativa da pesquisa dentro da história da instituição, apresentando os resultados gerados pela interrupção institucional de forma processual.

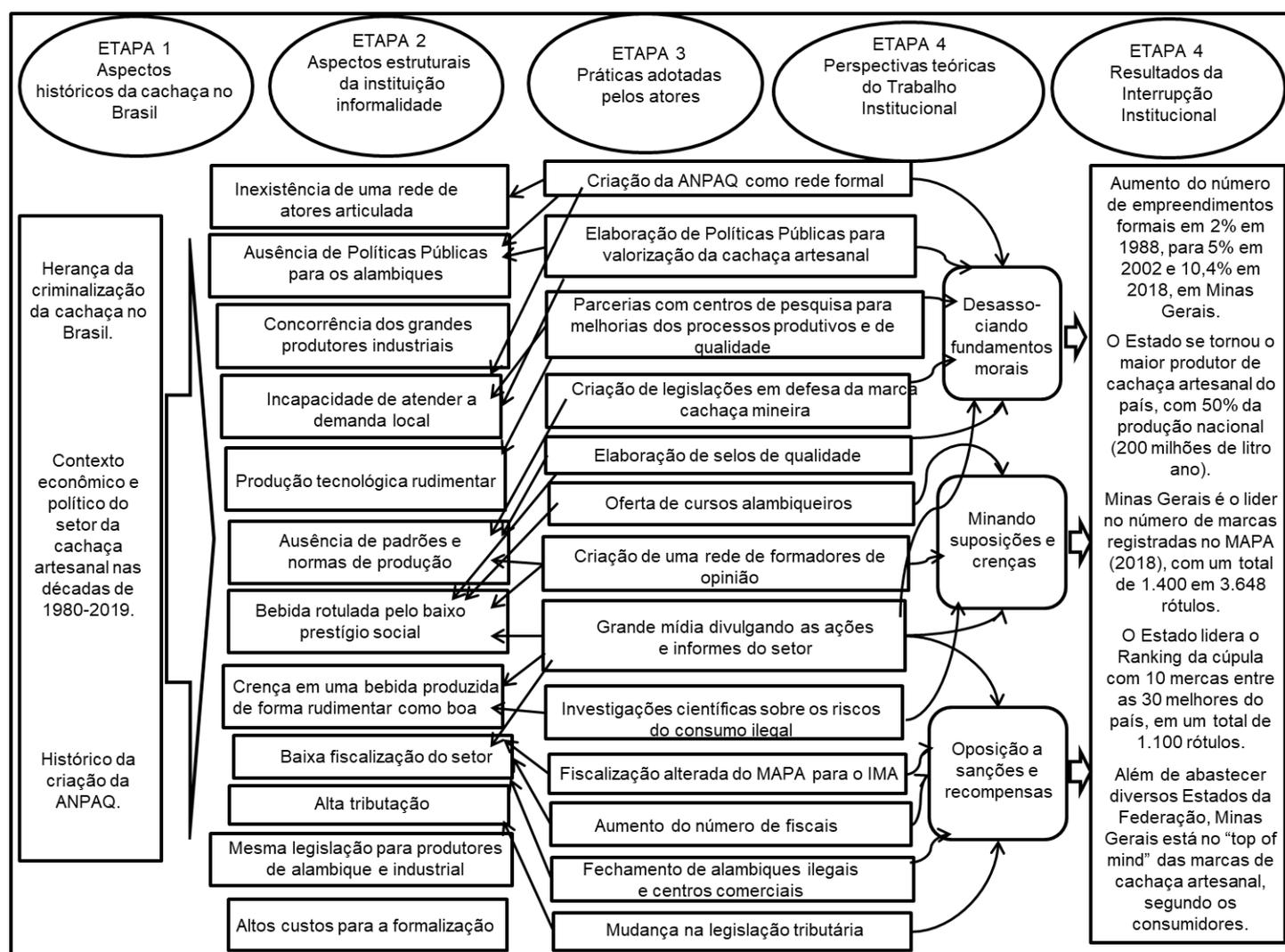


Figura 3. Modelo metodológico de categorização e análise dos dados
Fonte: Elaboração própria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Criação da ANPAQ e os primeiros trabalhos de interrupção da informalidade

O surgimento da ANPAQ foi marcado por um contexto em que o setor se articulava para gerir uma rede de atores. O intuito era a redução da informalidade, uma vez que no final da década de 1980 o número de produtores que se encontrava nessa situação era de quase 98% em Minas Gerais (Excerto do entrevistado 3).

Na fala de um dos gestores, a cachaça artesanal chegou próxima da extinção enquanto atividade, frente às dificuldades que os produtores enfrentavam. A indústria sucroalcooleira possuía altos subsídios federais, o que afetava a capacidade de concorrência da cachaça de alambique, já que os industriários também a produziam, de maneira industrial (Excerto do entrevistado 2). Além disso, na época, Minas Gerais importava o destilado de aguardente industrial de outras regiões, e vendia a baixo

custo para o consumidor final, concorrendo diretamente com os produtores artesanais (Silva, 2009; Souza, 2018).

Assim, a ANPAQ emergiu da união de trinta membros, na tentativa de reorganizar os produtores para terem acesso a entes governamentais. O interesse, no entanto, não foi unilateral:

Nesta época fui procurado por... (um) funcionário de alguma entidade do governo de Minas, que fazia um trabalho em conjunto com o BDMG. Segundo ele, o Governo de Minas Gerais estava desenvolvendo esforços para enfrentar a informalidade, trazer os alambiques para o mundo formal, como forma de controle de qualidade, desenvolvimento de políticas de incentivo, desenvolvimento de centros de pesquisa nas universidades estaduais e federais para dar acesso aos produtores formais e a possibilidade aos informais de [ter acesso a] tecnologia de ponta para a produção de cachaça, controle de custos, sustentabilidade e, é claro, com tudo isto aumentar a arrecadação do Estado (Excerto do entrevistado 1).

Ao fundarem a associação, em 11 de janeiro de 1988, o primeiro pilar de interrupção institucional foi desvincular as antigas práticas de produção, para aderirem

a modernos processos tecnológicos. O trabalho institucional visava mudar o valor simbólico da bebida enquanto um produto de baixa qualidade, renovando a tradição da cachaça por meio do aumento do seu valor agregado e em melhorias da sua qualidade (ANPAQ, 2017). A partir da elaboração de políticas públicas de incentivo ao setor, poderiam assim, aumentar o mercado, atraindo mais produtores para a formalidade, e conseqüentemente, ampliando a arrecadação do Estado.

Nessa direção, o ano de 1992 foi criada a Lei Estadual nº 10.853 do Pró-Cachaça, por meio d'O Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente. O programa foi a primeira iniciativa estatal, em formato de lei, para a valorização do produto mineiro, através da modernização da estrutura dos alambiques. Além disso, ao ofertar crédito para a produção, visava facilitar a formalização do empreendimento.

Nove anos depois, a articulação política da ANPAQ e do Estado juntamente com centros de pesquisa e universidades mineiras, garantiu a criação da Lei nº 13.949 de julho de 2001, que estabelecia o padrão de identidade e as características do processo e elaboração da “Cachaça de Minas”. Sob uso de padrões técnicos e amparados no conhecimento científico, a política pública se mostrou alinhada com os interesses dos atores em normatizar a cachaça como um produto típico regional (Silva, 2009; Paiva & Brito, 2018).

Outra iniciativa no âmbito das políticas públicas foi a Lei Estadual nº 16.688 de janeiro de 2007, que declarou o processo de fabricação de cachaça de alambique como patrimônio cultural do Estado, com vistas a competir com outros destilados no mercado interno e atender critérios para a exportação.

Em dezembro de 2016, relevante iniciativa ocorreu quando seus associados decidiram transformar a Associação, na época Mineira, em Nacional dos Produtores e Integrantes da Cadeia Produtiva e de Valor da Cachaça de Alambique, recebendo integrantes de todos os estados, e consolidando a posição de instituição mais antiga do setor.

O alinhamento entre diversos atores, inclusive o Estado, tem sido apontado por estudiosos como um dos mecanismos essenciais para promover rupturas de práticas que dão sustentação a um determinado campo organizacional (Coraiola et al., 2015). No caso analisado, as práticas ilustram a relevância da aproximação entre a ANPAQ e o Estado de Minas Gerais que teve um papel de destaque na institucionalização de um novo marco jurídico-normativo que passou a regular as relações de produção e mercado da cachaça. Além disso, este alinhamento deu origem à criação de políticas públicas que contribuíram para o trabalho institucional de ruptura da informalidade enquanto instituição.

A ANPAQ também firmou parcerias com Centros de Pesquisa vinculados a diferentes universidades brasileiras, a exemplo da Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Viçosa. Além de contribuir para definir um padrão de qualidade para a cachaça produzida em MG, os trabalhos técnico-científicos realizados por pesquisadores destes centros de pesquisa serviram de referência para a reconstrução da imagem do destilado. Essa articulação tem sido fundamental para a reconstrução da reputação da cachaça no mercado nacional e internacional. A definição desse padrão e sua certificação também produziram alguns efeitos sobre o processo de interrupção da informalidade que se encontra em curso.

4.2 O trabalho de desassociar: fundamentos morais e simbólicos da cachaça mineira

Além da participação em políticas públicas conjuntamente com o Estado de Minas Gerais e centros de pesquisa, a ANPAQ realizou, sob sua gestão, uma série de práticas para renovar a imagem da cachaça, não só dentro do Estado, como para outras regiões do Brasil. Dentre elas, a criação de um selo de qualidade como um diferenciador da bebida:

Desde 1990 a ANPAQ oferece aos seus associados um selo de qualidade, garantia da produção conforme normas que permitem a obtenção de um produto superior, com características específicas que destacam a sua performance. Por meio da Comissão de Avaliação da Qualidade (CAQ), o pioneiro selo da ANPAQ no setor da cachaça certifica o produto de seus associados, garantindo ao consumidor uma bebida boa e livre de substâncias que fazem mal à saúde. Para o associado, o selo traz credibilidade e diferenciação dos concorrentes. (Cachaça com notícias 52, 2017).

O fragmento exposto no informativo demonstra que o selo passou a promover para o campo da cachaça artesanal a possibilidade de reconhecimento e diferenciação da bebida. Ao instituir um processo de boas práticas de produção e qualidade para garantir a certificação, a associação visou dar uma nova face ao produto dito de qualidade, ao mesmo tempo em que afastava a relação do produto com os traços culturais das camadas pobres, desde os primórdios da colonização (Dias, 2014; Barbosa, 2014; Daniel, 2016). Criou-se assim, um foco em percepções positivas em relação à cachaça, construindo um trabalho que possuía características técnicas para moldar padrões de qualidade, garantindo a diferenciação aos produtores formais, em detrimento aos que não possuam certificação, vistos como informais.

Outra prática institucional para dissociar simbolismos foi a realização do curso de mestre alambiqueiro³. A proposta visava formar profissionais especializados em apreciar gustativamente a bebida e que pudessem difundir uma nova imagem da cachaça de alambique,

³ Durante a pesquisa de campo registramos que no ano de 2018 a associação ofertou, pelo menos, quatro edições às quais tivemos contato.

desvinculando da antiga imagem, vista como inferior, e consequentemente informal.

[...] a gente trabalha com esse curso (mestre alambiqueiro), com formadores de opinião, que a gente sabe que num... De um a um é difícil, então a gente procura esses formadores de opinião, faz um treinamento com eles, [...] para a partir daí esses formadores de opinião passarem esse conceito para os consumidores... Porque essas confrarias eles fazem eventos em bares, então quando você vai num eventos e esses caras estão lá e se nesses bares tiver cachaça informal, com certeza eles vão falar "o fulano, isso aí e tal, nós temos aqui esses produtos e eles podem ter isso, podem ter aquilo" e acaba que o confrade ensina o dono do bar, isso a mesma coisa o bartender, a mesma coisa o garçom, então a gente tá buscando esse tipo de trabalho... (Excerto do entrevistado 2).

Conforme se observa no relato do entrevistado 2, ao valorizarem a cachaça de alambique por meio de cursos, ao mesmo tempo cria-se uma rede de formadores de opinião, capazes de perceber e difundir as mudanças ocorridas em torno da cachaça nas últimas décadas. Em uma perspectiva teórica, o caso ilustra como a promoção da dissociação de fundamentos morais e simbólicos necessita da participação de atores que possuem centralidade e legitimação, tanto de dentro das organizações (no caso da ANPAQ) quanto em seus campos organizacionais (os mestres alambiqueiros), constituindo, assim, o que Zietsma e McKnight (2009) chamam de uma rede forte nas interrupções das instituições.

Enquanto resultados, para um dos diretores da ANPAQ, depois de três décadas de práticas de desassociação de valores e símbolos, os efeitos vieram:

[...] depois de ocupar este espaço que ela (a cachaça) estava perdendo, eu acho que ela teve o papel, numa era de inspirar o Brasil em relação a cachaça artesanal. Então, quando ela fez esse trabalho de reestruturação e importância e busca da qualidade da cachaça de alambique em Minas, depois disso ela virou uma referência, porque, porque ela fez um trabalho bem feito, ocupou o espaço e aí "sopitou", ou seja, ela começou a transbordar Minas e descer Brasil a fora, e o próprio Brasil passou a vir a Minas para entender esse acontecido aqui, então, houve é... As nossas cachaças saindo, porque não cabia mais ou foi natural, por isso, raramente, você escuta... Alguém já tomou cachaça... "cachaça de Minas, opa, é boa!", então assim, fala Cachaça de Minas, o povo fala, é boa! (Excerto do entrevistado 4).

A fala do entrevistado 4 parece em consonância com a atual imagem da cachaça mineira dentro do país, pois, além de o estado liderar o número de marcas com 1.400 registros em um total de 3.648 no MAPA (2019), no último *ranking* da cúpula da cachaça em 2018 (principal evento da área e com a avaliação de 40 mil pessoas pela internet), Minas Gerais obteve o primeiro lugar na categoria Cachaça de Ouro, classificando, ainda, 10 marcas entre as 30 melhores, de um total de 1.100 rótulos.

Chama a atenção o preço de venda da cachaça campeã, R\$ 797,00 em uma garrafa de 700 ml, bem como, o prestígio dado por matérias da grande mídia que cobriram o evento e reforçam o trabalho de desassociação de

valores. Segundo o Jornal Estadão (2018): "A cachaça mudou de lugar, saiu de baixo do balcão do bar e foi parar na prateleira". Ainda, na matéria sublinham a fala de um dos jurados: "Não dá mais para colocar tudo no mesmo saco", "está claro que os produtores estão cuidando melhor de suas cachaças" (Mesquita, 2018). Observa-se nos enunciados o dualismo das palavras utilizadas para ilustrar a mudança de *status* da cachaça. Antes, debaixo do balcão e no mesmo saco, agora, para as prateleiras, melhor cuidadas, afastando a relação com os antigos valores da bebida, vista tradicionalmente como inferior.

Se na década de 1980 o Estado de Minas Gerais tinha que importar a cachaça de outros Estados para atender a demanda local, uma recente pesquisa realizada pelo Sebrae (2019) com 246 entrevistados colocou Minas Gerais entre os estados com o maior número de marcas vendidas pelo país e na liderança entre os "top of mind" para os consumidores.

Os feitos do trabalho de interrupção institucional, segundo Lawrence e Suddaby (2006) e Yan et al. (2018), ilustram a maneira como os agentes podem buscar a dissolução de uma percepção ou prática, desassociando regras que dão fundamentação moral para que uma determinada instituição se perpetue. No caso analisado, ao adotarem um conjunto de práticas (políticas públicas de valorização, avanços tecnológicos, elaboração de padrões e normas de produção, selos de qualidade, cursos de mestres alambiqueiros, redes de formadores de opinião, cobertura e divulgação da mídia), os atores envolvidos fomentaram melhorias na percepção da qualidade da cachaça mineira, desvinculando, ao mesmo tempo, o simbolismo da antiga cachaça, informal e vista como uma bebida exclusiva das camadas pobres da sociedade.

4.3. O trabalho de minar suposições e crenças

Apesar dos avanços e resultados na melhoria da imagem da cachaça ao longo das últimas décadas, no entanto, ainda existe uma crença de que a cachaça da roça, produzida de forma rústica, sem requintes, nem rótulos que é a "cachaça boa". Este tipo de suposição, contudo, mantém viva a informalidade, e tende a gerar aversão à possibilidade de mudanças dentro de ambientes institucionalizados (Lawrence & Suddaby, 2006).

Curioso é a procura pela "legítima cachaça de alambique" que, na visão dos turistas, oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo é rústica, não é engarrafada, não tem selo nem rótulo. Um turista se dispõe a pagar R\$ 100,00 por um garrafão com uma rolha simples ou sabugo de milho, mas reluta em pagar R\$ 40,00 numa garrafa bonita, bem rotulada e embalada. (Excerto do entrevistado 1).

Em contraponto, a ANPAQ tem realizado o trabalho de desmitificar essa crença, ou seja, de que a cachaça da roça só possui atributos positivos, mesmo sendo feita de forma arcaica e não respeitando as vigências legais. Enquanto estratégia para minar as suposições da cachaça da roça como boa, os atores têm adotado práticas de resgatar a importância da saúde do consumidor:

[...] eu acho o seguinte, que por muitos e muitos anos você fala... Ahh! A cachaça da roça é que é a boa! Mas você não pode generalizar isso, falar que toda cachaça da roça é boa... Tanto que hoje, o pessoal já está conhecendo que é muito arriscado você tomar uma cachaça da roça, certo? Por causa disso... Você não sabe o que tá lá dentro... Essa é uma propaganda enganosa, ela pode ser da roça e pode ser da péssima qualidade, pode estar te causando transtornos de saúde inclusive. (Excerto do entrevistado 3).

Para legitimar o discurso, os atores centrais desse processo, em parceria com centros de pesquisa científica, iniciaram, no começo da década de 2000, um conjunto de práticas para ilustrar os efeitos prejudiciais do consumo da cachaça sem os padrões mínimos de qualidade. É possível notar o avanço de dissertações e teses acadêmicas que analisam a presença de metais (Canuto, 2004; Cantão, 2006) e contaminantes inorgânicos (Silva, 2015) em aguardentes fabricadas em regiões de Minas Gerais; estudos que investigam os processos de contaminação da cana-de-açúcar (Tfouni, 2005; Vicente, 2011); derivados de hidrocarbonetos na bebida (Pereira, 2012), bem como, análises a partir dos padrões higiênico-sanitários (Santos, 2019).

Em consonância, nos últimos anos, a reprodução destes estudos científicos tem sido divulgada pela grande mídia. Observa-se isto nas manchetes de reportagens em plataformas *online*, como o site Uol em 2012, “bebidas clandestinas têm metanol, cobre e substância cancerígena diz estudo da Unifesp (Cruz, 2012)”, no *site* do Estadão em 2016 “Cachaça boa é cachaça legal: a importância de consumir bebidas registradas (Maia, 2016)”, bem como, na Revista Veja em 2018 “Ingerir álcool ilegal pode trazer riscos à saúde (Vidale, 2018)”.

Em todos os conteúdos, as matérias relatam análises dos componentes em cachaças definidas por clandestinas, mostrando a presença de elementos tóxicos como o metanol “tipo de álcool altamente tóxico e que se ingerido pode causar, cegueira e levar a morte” (Cruz, 2012), o carbamato de etila “um agente cancerígeno, presente em 65 das 87 bebidas de Minas Gerais” (Maia, 2016), e o cobre “que pode prejudicar a absorção de minerais no organismo (Vidale, 2018)”.

Do ponto de vista teórico, observa-se a ênfase em realizar um trabalho institucional que elimine as crenças, abrindo espaço para novas formas de agir que substituam os padrões existentes dentro das organizações (Lawrence & Suddaby, 2006). Assim, por meio do conhecimento técnico-científico e da grande mídia em informar os consumidores, observou-se que o trabalho da ANPAQ buscou estabelecer a relação da cachaça informal com possíveis problemas de saúde, atacando a crença da cachaça da roça, vista antes como boa, aos riscos que a informalidade pode trazer aos consumidores.

4.4 O trabalho de oposição às sanções e recompensas

Uma das principais queixas dos produtores, até meados do ano de 2018 era a ausência do Estado no momento da fiscalização dos produtores informais. Isso

ocorria, devido ao reduzido número de fiscais e a consequente dificuldade de se acessar produtores nos mais diversos rincões. A falta de fiscalização, no entanto, beneficiava os informais, uma vez que não arcavam com os mesmos custos de produção, além de serem menos penalizados pelos órgãos fiscais.

Na minha região existem centenas de alambiques informais operando há mais de 20 ou 30 anos. A maioria é muito mais lucrativa que os alambiques formais. Trabalham sem registro, não possuem CNPJ, não registram os empregados, não pagam contador, produzem e vendem sem qualquer fiscalização. Os alambiques formais, pelo contrário são constantemente vistoriados pelos fiscais (Excerto do entrevistado 1).

A questão de uns 7 anos atrás tinha um fiscal federal, parece que tinha 2 ou 3 meses para aposentar... Veio aqui fazer uma visita e aí ele saiu vendo tudo... [ida ao depósito da organização] eu sou obrigado a manter... Pois o cara deu uma multa de R\$25 mil reais por causa daquilo ali, dizendo que o simples fato de ter uma garrafa fechada sem o lacre do IPI era sonegação de imposto... E lacrou a empresa. Meu vizinho aqui em cima tem alambique informal e produz cachaça pra caramba. Ele foi lá? Não! (Excerto do entrevistado 6).

Conforme visto, a informalidade no campo da cachaça artesanal possui estabilidade e força garantidas por valores, tradição e normas socialmente construídas desde o Brasil Colônia, legitimando assim, a institucionalização (Silva, 2009; Souza, 2012; Daniel, 2016). Deste modo, se na informalidade o produtor não precisa seguir nenhum critério rígido como o pagamento de imposto, prefere-se a perpetuação destas práticas em curso.

Esta percepção vai ao encontro do que Lawrence e Suddaby (2006), Zietsma e McKnight (2009) e Yan et al. (2018) relatam em seus trabalhos, pois quando uma prática é altamente difundida, se estabelecem comportamentos, que acabam sendo legitimados e tornando a perpetuação institucional uma questão cômoda aos que se prendem a ela.

Para estabelecer um processo de oposição às recompensas da informalidade, a ANPAQ conseguiu transferir, a partir da portaria nº 1, de 26 de junho de 2018 do Mapa para o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o exercício da inspeção e fiscalização da produção e comércio de bebidas.

É... Nós estamos saindo então de 5 fiscais, e estamos seguindo para torno de 50 fiscais, então se vê que a coisa vai apertar mais... E a ANPAQ conseguiu uma negociação muito importante com o IMA, que é o seguinte, antes o MAPA só fiscalizava o legal, e o só ia ao informal por denúncia. Agora não, 50% da fiscalização ainda é do legal, 25% no comércio e 25% nos clandestinos (Excerto do entrevistado 2).

Ao realocar a fiscalização para um órgão com maior número de funcionários e mais próxima dos produtores (o IMA se localiza no Estado de Minas Gerais), a mudança no escopo da fiscalização passou também a operar sobre os comerciantes que vendiam as cachaças informais, contribuindo para a informalidade no campo da cachaça de alambique.

Como resultados, já é possível observar os efeitos parciais do trabalho institucional. Se nos seis primeiros

meses da implantação da portaria, em 2018, o IMA realizou 15 fiscalizações e capacitou 48 servidores para a função, no primeiro semestre de 2019 os números aumentaram significativamente: foram 265 fiscalizações e inspeções em 202 estabelecimentos de produtores e 63 comerciais, que geraram 76 intimações, 53 termos de apreensão, 25 termos de fechamento e 63 autos de infrações (IMA, 2019).

Os impactos do trabalho de fiscalização no estado também reverberaram na imprensa local. Enquanto uma das primeiras matérias sobre a fiscalização, no final de 2018, alertava em sua manchete para os riscos dos produtores continuarem na informalidade “Cachaçarias clandestinas estão na Mira do Instituto Mineiro de Agropecuária” (Encontro digital, 2018), as matérias do ano de 2019 apontavam para alguns dos resultados da fiscalização no setor, como: “A associação dos Produtores de Cachaça de Abreus lamenta os 12 alambiques lacrados e outros mais 60 sem rumo (Barros, 2019)”, e “Fiscalização em alambiques faz produtores buscarem legalização” (Fernandes, 2019).

Interessante observar que as duas últimas matérias abordam os impactos causados pela fiscalização, até então, “inédita”, em uma das regiões conhecidas pelo elevado número de produtores artesanais, o município do Alto do Rio Doce, na zona da Mata Mineira. Se por um lado uma das manchetes ilustrava o caráter duro da fiscalização na região (Barros, 2019), a outra registrava que após a ação, pelo menos cinco alambiques já procuraram o IMA para regulamentação, e outros se articulavam para o processo de adequação (Fernandes, 2019).

Os desdobramentos parciais parecem reproduzir a estratégia esperada pela ANPAQ, no combate à informalidade, pois, ao iniciarem as punições dos primeiros produtores informais, isto serviria de exemplo para opor às recompensas da informalidade no setor:

O que vai começar a acontecer é que a partir do momento que o vizinho viu que o cara a três quarteirões dele foi fiscalizado e teve problema no bar dele, vai... É... Ele também vai cobrar (ser cobrado), então nós vamos atacar duas frentes, uma é quem compra... Porque é igual droga né... Se você acabar com quem compra a droga, o vendedor de droga não vai ter pra quem vender... Né? Então o IMA vai atuar tanto buscando o produtor informal... Se você for numa cidade que tem oitenta alambiques clandestinos, fiscalizar um... Todos vão ficar sabendo! (Excerto do entrevistado 2).

Na perspectiva teórica, observa-se que o trabalho institucional de oposição às sanções e recompensas se desenvolve por atores em parcerias com entes estatais, capazes de alterar regras no campo organizacional, aplicadas em caso de descumprimento ou cumprimento de determinada instituição (Lawrence & Suddaby, 2006).

No presente caso, o Estado, via Instituto Mineiro de Agropecuária, cumpriu o importante papel de ator no uso do seu poder legal para punir ou retirar vantagens de práticas organizacionais, tradicionalmente legitimadas entre os produtores informais. Some-se a isto o processo da mídia local que reverberou o impacto das fiscalizações e punições no setor, até então não afetado.

4.5 Conquistas e desafios na desinstitucionalização da informalidade da cachaça

Compreender o impacto do trabalho institucional na tentativa de interrupção da informalidade em Minas Gerais, implica também na realização de uma análise macroestrutural do setor. Ou seja, em compreender a evolução dos números de estabelecimentos e a sua consequente formalidade frente aos órgãos estatais. No entanto, durante esta pesquisa, observou-se que o setor carece de dados unificados que analisem a dimensão da informalidade.

Além disso, as poucas informações disponíveis em instituições oficiais (MAPA, IMA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], SEBRAE, IBRAC), muitas vezes se apresentam conflitantes, ilustrando números divergentes sobre as estimativas de alambiques no setor. Mesmo diante das limitações, considera-se que seja possível interpretar os dados a partir do cruzamento de dados nos documentos disponíveis na área. Nesse sentido, o primeiro dado sobre os alambiques no Estado foi o registro oral de um dos membros da diretoria da ANPAQ, durante as entrevistas, que abordou que até o ano de 1988, o setor registrava 98% dos produtores na informalidade.

Se o respectivo registro carece de fontes publicadas, foi somente possível encontrar os primeiros dados referentes ao setor, do ano de 1995, em citação indireta do Sebrae (2001). A informação se referia a um informe do levantamento sistemático da produção Agrícola de Minas Gerais, no qual Minas Gerais possuía 8.466 estabelecimentos de cachaça, sem, no entanto, distinguir entre os produtores formais e informais. Chama a atenção que em outro documento do Sebrae, de 2002, o número informado de estabelecimentos era de 8.466 estabelecimentos (o mesmo de 1995), porém, com 500 empreendimentos cadastrados no MAPA, representando uma taxa de 95% na informalidade (SEBRAE, 2002).

Ao confrontar esses dados com o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006, é possível notar que os números divergem. O Censo registrou em Minas Gerais apenas 4.238 estabelecimentos (IBGE, 2006), ilustrando uma diferença de quase 50% a menos. A mesma tendência é observada no último Censo Agropecuário do ano de 2017, cujo número de empreendimentos de cachaça teve um aumento de 24%, saltando para 5.512 estabelecimentos (IBGE, 2017). Porém, os dados do IBGE (2006; 2017) tampouco fazem uma distinção entre os estabelecimentos formais e informais.

O documento mais recente sobre o setor se trata do anuário da Cachaça no Brasil, de 2019. Ao citar o número de estabelecimentos formais registrados no MAPA até dezembro do ano de 2018, informa que do total de 1.562 estabelecimentos, Minas Gerais possuía 576 formalizados (MAPA, 2019). Em um esforço de cruzar informações para estimar a atual informalidade no setor, o IBRAC, em dezembro de 2019, uniu as informações do Censo Agropecuário de 2017 e do Mapa de 2019. Desta forma,

chegou-se à conclusão que o Estado de Minas Gerais possui 576 empreendimentos formais (Brasil, 2019) de um total de 5.512 estabelecimentos (IBGE, 2017), o que totaliza um percentual de 10,4% de formalidade.

Assim, se considerar fidedigna as informações apresentadas ao longo destas três décadas, uma aproximação evolutiva do setor indicaria que até 1988 os estabelecimentos formais eram de 2% (Excerto do entrevistado 2), saltando para 5% em 2002 (SEBRAE, 2002) e 10,4% em 2018, no Estado de Minas Gerais (IBRAC, 2019).

Apesar do avanço nos números de empreendimentos formalizados, observa-se que a informalidade ainda se apresenta como uma sólida instituição no setor da cachaça. Uma hipótese para a lenta mudança do trabalho institucional de interrupção se trata de uma herança de quase 500 anos de políticas públicas e valores culturais que criaram e mantiveram a informalidade no setor.

Não é por menos que do ano de 2006 até janeiro de 2018, os impostos que tributavam a bebida representavam 81,87% sobre o preço de venda, o que tornava muito restritivo para um pequeno produtor optar pela formalidade. Somente com a recente mudança na legislação tributária (a partir de janeiro de 2018), que as empresas de cachaça artesanal puderam optar pelo Simples Nacional⁴.

Se a recente legislação tributária se coloca como uma conquista, no entanto, ainda carecem de legislações que estabeleçam diferenciações para os pequenos produtores artesanais, que representam mais de 90% dos informais. Ao terem que seguir as mesmas regras de competitividade e formalização dos grandes industriários, os informais se deparam com desafios desde a abertura do negócio, ao acesso ao crédito:

Porque hoje você montar uma fábrica e regulamentar em todos os órgãos, você gasta um ano e meio... Então é complicadíssimo, esse é um dos fatores que levam a clandestinidade... Eu tô falando porque eu fiz a minha fábrica há uns 8, 10 anos atrás, e eu fiquei impressionado a dificuldade de quem tem [que regularizar] (Excerto do entrevistado 3).

Olha... Hoje tá fraco... Porque por exemplo, o BNDES, o cartão BNDES, para comprar equipamento tem, entendeu!? Mas o BNDES ainda não está financiando... E a maioria desses pequenos alambiques que estão na informalidade, a reforma do cara é geral... Não é só de equipamento não, às vezes é tomar tudo no chão e começar tudo de novo... (Excerto do entrevistado 2).

Conforme observado, os aspectos regulatórios e as exigências mínimas para arcar com a reformulação de um alambique, somada as dificuldades de acesso de crédito, são aspectos que servem como uma barreira de entrada para os pequenos produtores. O único Projeto de Lei apresentado sobre o tema foi arrastado desde o ano de 2013, até que foi arquivado com o fim da última legislatura, em 31 de janeiro de 2019. Em face das exigências legais e das desvantagens de competição para os pequenos produtores, a legislação, ainda auxilia a perpetuação das

práticas de alambiques informais, colocando desafios a serem superados pelos produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo compreender o trabalho institucional realizado pela ANPAQ, evidenciando as tentativas de interrupção da informalidade no Estado de Minas Gerais. Para tanto, retrataram-se os aspectos históricos acerca da informalidade no campo da cachaça de alambique, as práticas de disrupção realizadas e seus desdobramentos, à luz da teoria do trabalho institucional.

Evidenciou-se que os esforços para desassociar práticas de uma fundação moral, vista como apropriada dentro de um contexto cultural, ocorreu por meio da desconstrução histórica da imagem, que afetou durante séculos a reputação da cachaça no mercado. Ao desvinculá-la de uma bebida de escravos e pobres, o trabalho institucional envolveu a criação de um novo padrão de qualidade, a partir de políticas públicas, normas e procedimentos técnicos, capazes de definir a qualidade e certificar o processo de produção. Esses fatores foram determinantes para a construção de um nicho de mercado de elevado poder aquisitivo e da marca cachaça mineira, enquanto referência na produção artesanal.

Ressalte-se também o trabalho em diminuir a percepção do risco da diferenciação e da inovação, minando o núcleo de pressupostos e crenças ao desmistificar a cachaça da roça vista como boa, para associá-la aos riscos causados à saúde. Por meio de parcerias com centros de pesquisa e universidades, os resultados do conhecimento técnico-científico divulgados pela grande mídia estabeleceram a relação da cachaça informal com os riscos de morte, desconstruindo, assim, os pressupostos que sustentam a aceitação da bebida da roça. Neste cenário, os mestres alambiqueiros enquanto formadores de opinião, também assumiram o protagonismo em definir a boa cachaça, aquela que é formal, regulamentada, distinguindo-a da bebida prejudicial ao consumidor, a cachaça clandestina.

Acrescentem-se, os esforços em desconectar recompensas de práticas, tecnologias e regras instituídas ao alterarem as leis de inspeção e fiscalização pelo Estado. Por meio do Instituto Mineiro de Agropecuária, delegou-se para esse órgão com maior estrutura, o poder legal de punir ou retirar vantagens de práticas organizacionais tradicionalmente legitimadas entre os produtores informais. Some-se ao processo, a mídia local na função de acentuar a oposição às recompensas, ao informar das punições oriundas da recente fiscalização pelo Estado.

Nota-se, assim que a desinstitucionalização envolveu uma rede de atores que perpassaram não só o protagonismo dos associados da ANPAQ, como também o Governo Estadual, as agências de fiscalização, mestres

⁴ Uma análise da migração para o novo regime tributário constou que até 31/03/2018 em Minas Gerais 281 empresas haviam aderido ao sistema. Porém, não foram encontrados dados mais

atualizados que ilustrem a situação do setor, desde a nova legislação.

alambiqueiros, pesquisadores de centros e universidades e a grande mídia, na articulação para deslegitimar a informalidade, ao longo de três décadas.

Como desdobramentos, se por um lado o trabalho institucional logrou resultados positivos em criar uma nova imagem da bebida mineira pelo país, abrindo também um novo nicho de mercado, por outro lado, os números da informalidade ainda se mostram muito altos, o que implica que a instituição segue perpetuando no setor.

Desta forma, conclui-se que o trabalho de interrupção ou desconstrução da informalidade não está completo. Há muito a ser realizado, principalmente porque fatores estruturais, tais como: os altos custos para a reestruturação dos alambiques, a burocracia envolvida no processo de formalização das empresas e a aplicação unificada da legislação que não faz distinção entre a produção artesanal e a grande industrial, geram uma barreira de entrada no mercado formal. Logo, isto parece indicar que a herança colonial da bebida ainda reflete, em especial, aos pequenos produtores, cuja tendência é que permaneçam às margens da regulamentação, caso a legislação não mude em seu favor ou se não forem suprimidos do mercado por uma dura fiscalização que parece emergir.

Por fim, destaca-se que o artigo, além de contribuir para o entendimento da abordagem do trabalho institucional, sinaliza a relevância da aplicação desta abordagem para a compreensão de diferentes processos de mudança institucional que estão em curso no âmbito do agronegócio. Acrescente-se que os resultados da pesquisa, que deu origem a este artigo, evidenciam como o poder de agência das pessoas contribui para a interrupção de instituições informais. A escolha da disrupção da informalidade situou-se no esforço de superar uma das lacunas no Trabalho Institucional, uma vez que os pesquisadores têm dado maior atenção à criação institucional, em detrimento de práticas que podem culminar na interrupção de instituição ancorada e sustentada pela tradição. Portanto, abre-se linha de pesquisa que poderá tomar como objeto de análise as particularidades da instituição da informalidade como um elemento constitutivo de diferentes setores da economia brasileira, a exemplo do mercado de eletroeletrônicos importados, cerveja artesanal, mercado de hortifrutigranjeiros, mercado de trabalho, entre outras. O estudo da informalidade da produção e do mercado da cachaça enquanto instituição poderá ainda servir de estímulo para o desenvolvimento de outras pesquisas fundamentadas pelo institucionalismo histórico e pelos desdobramentos recentes da teoria institucional, a exemplo do estudo das lógicas e trabalho institucionais em outros campos institucionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e FAPEMIG pelo apoio financeiro ao projeto que deu origem a este artigo. Agradecemos também a CAPES pela bolsa concedida ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

- Amarante, J., & Crubellate, J. (2020). Institutional Pressures, Institutional Work and the Development of Universities Entrepreneurial Turn. *Revista Administração Contemporânea*, 24(2), 119-133. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020170383>
- Andrade, L., Brito, M., Andrade, F., Paiva, A., & Brito, V. (2018). Cachaça sob uma perspectiva histórica, cultural e simbólica. *Ensaio*, 7(2), 181-201. <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v7i2.p184-201.2018>
- Associação Nacional dos Produtores de Cachaça de Alambique. (2017). *Desde 1988, trabalhando difundindo, promovendo e defendendo a cachaça de alambique*. Brasília: Câmara Setorial. http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cachaca/2017/50a-ro/app_anpaq_vf_50ro_cachaca.pdf
- Barbosa, J. L. (2014). *Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça*. Campina Grande: EDUEPB. <https://doi.org/10.7476/9788578793302>
- Barros, J. (2019). A Associação dos Produtores de Cachaça de Abreus lamenta os 12 alambiques lacrados e outros mais de 60 sem rumo no Distrito de Abreus e região. *Abreus News*. <https://www.medioq.com/BR/Abreus/954255084653314/Abreus-News>.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Cachaça com notícias. (2017). *A importância do selo de qualidade para a cachaça de alambique*, Belo Horizonte, 52, ANPAQ.
- Cantão, F. (2006). *Análise físico-química e avaliação da presença do cobre em aguardente de cana por alumino silicatos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Canuto, M. (2004). *Metais em Aguardentes Mineiras Fabricadas Artesanalmente na Região do Alto Vale do Jequitinhonha*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Coraiola, D., Jacometti, M., Baratter, M., & Gonçalves, S. (2015). Conciliando agência e contexto na dinâmica da mudança institucional. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(4), 701-726. <https://doi.org/10.1590/1679-39518879>
- Cruz, F. (2012). Bebidas clandestinas têm metanol, cobre e substância cancerígena diz estudo da Unifesp. *UOL Notícias*. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2012/10/30/bebidas-clandestinas-tem-metanol-cobre-e-susbtancia-cancerigena-diz-estudo-da-unifesp.htm>.
- Daniel, R. C. (2016). *Pequena produção de cachaça no interior paulista: a informalidade em questão*. 163 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara.
- Dias, N. C. (2014). A Cachaça é nossa: cultura e ideologia na construção da identidade nacional. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(1), 35-44.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89.
- Encontro digital. (2019). Cachaçarias clandestinas estão na Mira do Instituto Mineiro de Agropecuária. *Revista Encontro*. <https://www.revistaencontro.com.br/canal/gastro/2018/12/cachacarias-clandestinas-estao-na-mira-do-ima.html>.
- Fernandes, D. (2019). Fiscalização em alambiques faz produtores buscarem legalização. *Devotos da cachaça*. <https://xn-->

- devotosdacachaa-rmb.com.br/2020/01/09/fiscalizacao-em-alambiques-faz-produtores-buscarem-legalizacao/.
- Hampel, C. E., Lawrence, T. B., & Tracey, P. (2017). Institutional Work: Taking Stock and Making it Matter. In R. Greenwood, C. Oliver & T. B. Lawrence. *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781446280669.n22>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário*. Recovered on January 29, 2020, from <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuracao>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário*. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>.
- Instituto Brasileiro da Cachaça. (2019). *Autocontrole de bebidas, envelhecimento de bebidas*. Case da Cachaça. Brasília: Câmara Setorial. http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cachaca/2018/52aro/apresentacao_reuniao_54_camara_abril_2018_para_apresentacao_envio.pdf.
- Instituto Mineiro de Agropecuária. (2019). *Resultados das ações do IMA na inspeção/fiscalização da cachaça e aguardente de cana no Estado de Minas Gerais*. http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/cachaca/2019/57deq-ro/apresentacao_ima_2019_07_10-convertido.pdf.
- Jacometti, M., Goncalves, S., & Castro, M. (2014). Institutional Work e conhecimento em redes interorganizacionais: uma proposta para investigar APLs. *Revista de Administração da Mackenzie*, 15(6), 17-47. <https://doi.org/10.1590/167869712014/administracao.v15n>
- Lawrence, T. B., & Suddaby, R. (2006). Institutions and Institutional Work. In S. R. Clegg et al. *The SAGE Handbook of Organization Studies*. London: SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781848608030.n7>
- Lawrence, T. B., Leca, B., & Zilber, T. B. (2013). Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. *Organization Studies*, 34(8), 1023-1033. <https://doi.org/10.1177/0170840613495305>
- Lawrence, T. B., Suddaby, R., & Leca, B. (2009). *Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511596605>
- Lima, A., Balestrin, A., Faccin, K., & Marconatto, D. (2019). A institucionalização da cooperação: uma análise do trabalho institucional em uma comunidade vulnerável da região amazônica. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 21(4), 683-705. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v21i4.4017>
- Lino, A., Carvalho, L., Aquino, A., & Azevedo, R. (2019). A falta de trabalho institucional e mudanças organizacionais incompletas em municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 53(2), 375-391. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170404>
- Maguire, S., & Hardy, C. (2009). Discourse and deinstitutionalization: The decline of DDT. *Academy of Management Journal*, 52(1), 148-178. <https://doi.org/10.5465/amj.2009.36461993>
- Maia, M. (2016). Cachaça boa é cachaça legal: a importância de consumir bebidas registradas. *Estadão, Paladar*. <https://paladar.estadao.com.br/blogs/ocachacier/cachaca-boa-e-cachaca-legal-entenda-a-importancia-de-consumir-cachacas-registradas/>.
- Mesquita, R. (2018). As melhores cachaças do Brasil são eleitas pelo 3 Ranking da Cúpula. *Estadão, Paladar*. <https://paladar.estadao.com.br/noticias/bebida.3-ranking-da-cupula-da-cachaca-elege-as-melhores-do-brasil,70002172971>.
- Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2019). *A cachaça no Brasil*. Dados de Registro de cachaças e aguardentes. Brasília: MAPA/AECE.
- Miranda, L., & Calmon, P. (2016). Mudança Institucional na Administração Pública Brasileira: O caso das Ouvidorias de Agências Reguladoras Federais. *Organizações & Sociedade*, 23(79), 571-589. <https://doi.org/10.1590/1984-9230793>
- Oliveira, A., Gaio, L., João, I., & Bonacim, C. (2008). Análise da cadeia produtiva da cachaça em Minas Gerais sob a ótica da Economia dos Custos de Transação. *Custos e @gronegocio*, 4(3), 72-97.
- Paiva, A., & Brito, M. (2018). A Configuração das Lógicas Institucionais do Campo da Cachaça de Alambique em Minas Gerais. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 56(4), 701-718. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560409>
- Pereira, E. (2012). *Níveis de congêneres, carbanato de etila e outros contaminantes em vodcas e cachaças de consumo popular no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade federal Rural de Pernambuco, Recife.
- Santos, L. S. (2019). *Qualidade higienicossanitária e físico-química de cachaças fabricadas no estado do Espírito Santo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Sá-silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- Schatzki, T. R., Knorr-Cetina, K., & Von Savigny, E. (2001). *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203977453>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2002). *Perfil da cachaça*. http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/ESTUDO_SEBRAE_cachaca_000fjd7ajji02wyiv809gkz514kr8pf2.pdf.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2005). *O novo ciclo da cana: Estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos*. Brasília: IEL/NC; SEBRAE, 2005.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2016). *Estudo de mercado para a cachaça da Bahia*. SEBRAE/BAHIA.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2019). *A cachaça de Alambique: um estudo sobre hábitos de consumo em Goiânia*. SEBRAE/GOIÁS.
- Silva, R. (2009). *Na embriaguez da cachaça: produção, imaginário e marketing (Minas Gerais 1982-2008)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Sindzingre, A. (2006). *The Relevance of the Concepts of Formality and Informality: A Theoretical Appraisal*. Oxford: EGD. <https://doi.org/10.1093/0199204764.003.0004>
- Silva, K. (2015). *Teor de contaminantes inorgânicos em cachaças do quadrilátero ferrífero (MG) armazenadas em copos de pedra-sabão (esteatito)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Ouro Preto.
- Souza, M. A. (2012). *Informalidade e redes sociais: famílias produtoras de cachaça do município de Rio Pombo-MG*. 139 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Souza, B. S. (2018). *Padronização e certificação da cachaça de alambique mineira: um estudo sob a perspectiva da análise de discurso crítica*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

- Sunderman, J. (2017). *Estratégia como prática, lógicas institucionais e discurso: um estudo em organizações produtoras de cachaça artesanal de Minas Gerais*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- Tfouni, S. (2005). *Estudo do efeito do processamento na contaminação de cana-de-açúcar e derivados por hidrocarbonetos policíclicos aromáticos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Thomé, K. (2018). *Práticas normativas e plasticidade de mercado: a construção de uma dose de cachaça*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.
- Vicente, C. (2011). *Determinação Compostos Fenólicos, Congêneres, Contaminantes, Carbanato de Etila e Capacidade Antioxidante em Cachaças no Processo de Envelhecimento em Barris de Diferentes Madeiras*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Vigale, G. (2018). Ingerir álcool ilegal pode trazer riscos à saúde. *Veja Saúde*. <https://veja.abril.com.br/saude/ingerir-alcool-ilegal-pode-trazer-riscos-a-saude/>.
- Williams, C., & Shahid, M. (2016). Informal entrepreneurship and institutional theory: explaining the varying degrees of (in)formalization of entrepreneurs in Pakistan. *Entrepreneurship & Regional Development*, 28(1), 1–25. <https://doi.org/10.1080/08985626.2014.963889>
- Yan, Z. J., Zhu, J., Fan, D., & Kalfadellis, P. (2018). An institutional work view toward the internationalization of emerging market firms. *Journal of World Business*, 53(5), 682-694. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2018.03.008>
- Zarpon, F., Bittencourt, A., Faccin, K., & Balestrin, A. (2019). Uma década de trabalho institucional: contexto e oportunidades de pesquisa. *Organizações & Sociedade*, 26(91), 750-775. <https://doi.org/10.1590/1984-9260917>
- Zietsma, C., & McKnight, B. (2009). Building the iron cage: Institutional creation work in the context of competing proto-institutions. In T. Lawrence, R. Suddaby & B. Leca (Eds.), *Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations* (pp. 143-177). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511596605.006>

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Apresentação do projeto

A informalidade se encontra presente no campo da cachaça de alambique desde os primórdios. Sabe-se que ela representa uma dificuldade e obviamente pode atrapalhar todo o setor, que é responsável por considerável participação na economia tanto a nível regional, quanto a nível nacional. Conhecendo essas dificuldades, a ANPAQ tem desenvolvido ações que visam romper com esse quadro da informalidade, com diversos trabalhos institucionais que vêm sendo desenvolvidos.

O interesse deste estudo é compreender o trabalho institucional que vem sendo realizado por gestores da associação de produtores de cachaça (ANPAQ), evidenciando as contribuições deste trabalho para a interrupção da informalidade e legitimação da organização enquanto uma forte representante do setor da cachaça de alambique no país. Sua contribuição é de suma importância para entendermos esses aspectos, desde já agradecemos a sua participação!

Caracterização do Entrevistado

Nome:

Nível de escolaridade:

A quanto tempo ocupa cargo de gestor na ANPAQ?

Bloco 1: Aspectos Históricos

Conte-me um pouco da história da associação e do trabalho que vem sendo desenvolvido para o enfrentamento da informalidade.

Bloco 2: Dimensão Política, técnica e cultural – O que tem sido feito?

Como ANPAQ tem atuado em defesa dos interesses dos produtores, especialmente no que refere ao combate da informalidade da produção e comercialização da cachaça?

Qual a visão e o posicionamento da ANPAQ em relação a informalidade?

Como os produtores avaliam informalidade?

Quais são os seus efeitos sobre o mercado e a saúde pública?

Como se deu o processo de formulação do arcabouço legal que regulamenta a produção e comercialização da cachaça? Qual foi a participação da associação neste processo?

Como este arcabouço legal tem contribuído para o combate da informalidade? Que efeitos ele tem produzido?

Como Estado tem contribuído para este processo de combate da informalidade?

Além de exigir o cumprimento da regulamentação, quais são as estratégias que ANPAQ tem colocado em prática para combate da informalidade?

Na sua opinião porque a maioria dos produtores continuam atuando na informalidade? Por que resistem à formalização?

Qual o papel da cultura e da tradição na manutenção da informalidade?

Bloco 3: Legitimidade Organizacional: Contribuições da ANPAQ para o Setor.

O trabalho de combate à informalidade tem sido reconhecido por produtores, consumidores e Estado?

Qual contribuição deste trabalho para consolidação da imagem e da legitimidade da ANPAQ?

Como os produtores informais tem reagido a este trabalho da ANPAQ?

Quais são as ações futuras que a associação pretende colocar em prática em termos de combate da informalidade? Por que estas ações são importantes?

Por favor, acrescente outras informações que você julgar importantes sobre a relevância do trabalho realizado pela ANPAQ.

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)

Av. da Universidade – 2486, Benfica
CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Paulo Rogério Faustino Matos
Danielle Augusto Peres

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@gmail.com



A Contextus está classificada no sistema Qualis – Capes como periódico B1, na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).

EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORAS ADJUNTAS

Alane Siqueira Rocha (UFC)

Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)

Andrew Beheregarai Finger (UFAL)

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)

Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)

Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)

Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)

Gabriel Moreira Campos (UFES)

Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)

Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)

Jorge de Souza Bispo (UFBA)

Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)

Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, França)

Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)

Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)

Rosimeire Pimentel (UFES)

Susana Jorge (UC, Portugal)

Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)

Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)

Danielle Augusto Peres (UFC)

Diego de Queiroz Machado (UFC)

Editinete André da Rocha Garcia (UFC)

Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)

Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)

Fátima Regina Ney Matos (ISMT)

Mario Henrique Ogasavara (ESPM)

Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)

Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)

Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)

Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)

Denise Del Pra Netto Machado (FURB)

Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)

Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)

Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)

Francisco José da Costa (UFPB)

Isak Kruglianskas (FEA-USP)

José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)

José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)

José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)

José Célio de Andrade (UFBA)

Luciana Marques Vieira (UNISINOS)

Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)

Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)

Marcelle Colares Oliveira (UFC)

Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)

Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)

Mozar José de Brito (UFLA)

Renata Giovinazzo Spers (FEA-USP)

Sandra Maria dos Santos (UFC)

Walter Bataglia (MACKENZIE)



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.